

EDITAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017
PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS - RP

O Damae – Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto, de São João del-Rei/MG, por determinação de seu Diretor Geral Interino, Sr. Cledmar Claret de Almeida, torna público e faz saber em **19.07.2017**, que realizará certame licitatório, na modalidade **Pregão Presencial para Registro de Preços**, tipo de licitação a de “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, Decretos Municipais nº3.517 (Institui o Pregão), nº 3.516 (Institui pregão presencial no registro de preço), nº 3.515 (regulamenta a atuação de microempresas e empresas de pequeno porte), bem como subsidiariamente com a Lei 8.666/93, e alterações posteriores, legislação correlata e ainda de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e anexos, destinado à aquisição de materiais e utensílios de limpeza/higienização, gás GLP e gêneros alimentícios, conforme especificações constante deste edital, através do Sr. Ricardo Luiz do Carmo, Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 22, a partir de 15 de fevereiro de 2017.

I – PREÂMBULO

1.1 O credenciamento, o recebimento dos envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação acontecerão na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação – CPL, sito à Praça Duque de Caxias, 63, Centro, São João del –Rei /MG. Caixa Postal: 034, CEP 36.307.314, iniciando-se no dia **01/08/2017, às 08h.00min** e os atos serão conduzidos pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe, conforme a seguinte programação:

Dia - 01/AGOSTO/2017	
08h00min	Início do credenciamento e entrega dos envelopes propostas nº01, habilitação nº02.
08h15min	Análise do credenciamento e abertura dos envelopes propostas.
08h30min	Suspensão da sessão para análise das propostas apresentadas, e inclusão dos dados e informações das propostas no sistema do pregão.
O horário de reinício da sessão será informado pelo pregoeiro.	Reinício da sessão - apresentação do resultado da análise das propostas e a classificação das mesmas. Após, o início da etapa de lances e demais atos pertinentes.

1.2 - A programação acima e seus respectivos horários poderão sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da sessão. O pregoeiro informará previamente a mudança dos horários para ciência de todos os participantes.

1.3 - CONTATO: Ricardo Luiz do Carmo, Pregoeiro e Equipe de Apoio ou Setor de Compras e Licitações, na Sede da Autarquia Municipal, de 07h00min às 13h00min, dias úteis ou Telefax: (32) 3371-4477

Email: compras.damae@mgconecta.com.br.

1.4 - As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção diretamente à Gerência de Compras e Licitações através do endereço, email ou telefax acima citado, informando sua razão social, endereço eletrônico, telefone e fax (facultativo), solicitando que todas as eventuais alterações do edital lhes sejam enviadas bem como através da homepage <http://www.damaesjdr.mg.gov.br/pagina/6764/Preg%C3%A3o%20Presencial>, conforme **Anexo IX**.

1.5 - O Damae não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Damae pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

1.6 - Não havendo expediente na repartição pública o Pregão fica, desde já, agendado para o mesmo local e hora aprazados do primeiro dia útil subsequente.

1.7 - Este exemplar de edital é transcrição fiel do original arquivado no processo do presente pregão, sob a forma da Lei.

1.8 - Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – CARTA DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA PARA FORMULAÇÃO DA PROPOSTA;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENORES DE IDADE;

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE;

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP;

ANEXO VIII - MINUTA DE ATA REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IX – TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL.

2 – OBJETO

2.1 - Constitui o objeto deste Pregão Presencial o registro de preços à contratação de empresas do ramo para fornecimento futuro, eventual, sob demanda e parcelado de materiais e utensílios de limpeza/higienização, gás GLP e gêneros alimentícios, conforme Anexo I – Termo de Referência deste Edital e demais anexos.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que:

3.1.1. Atendam a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos;

3.1.2. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

2

3.2. Será vedada a participação de empresas:

a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público. Caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97 da Lei n.º 8.666/93, por força do disposto no parágrafo único do mesmo artigo;

b) Sob processo de falência, concordata ou insolvência civil;

c) Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores;

d) Estrangeiras que não funcionem no País;

f) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, suspenso;

3.3. Não poderão beneficiar-se do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, aquelas empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no art. 3º, § 4º, com a exceção do parágrafo seguinte, ambos do mesmo diploma legal.

3.4. No ato do recebimento do Edital do Pregão Presencial e seus Anexos, deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

3.5. Informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas conforme segue, de acordo com seu teor.

3.5.1. QUESTÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS: deverão ser formuladas por escrito e dirigidas ao Pregoeiro, na Sede do Damae, devidamente assinada, com carimbo do CNPJ da empresa ou timbre e protocolizada nos dias úteis, das 7h00min às 13h00min, no endereço acima citado ou enviados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), telex, fac-símile, correio eletrônico (email) ou qualquer outro meio de comunicação escrita.

3.6. Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e protocolizadas nos dias úteis, das 7h00min às 17h00min, no endereço acima, ou ser encaminhada e protocolizada via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), preferencialmente com Aviso de Recebimento – AR e informação ao Pregoeiro do código de rastreio da ECT, assim como por telex, fac-símile ou correio eletrônico (email) até 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da sessão do pregão.

3.6.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de vinte e quatro 24 (vinte e quatro) horas.

3.6.2. No ato de autuação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, que comprove a legitimidade de quem a protocole e, no que couber, o CNPJ da empresa com os referidos dados do impetrante.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.1.1 tratando-se de representante legal, sócio-proprietário ou procurador, original e cópia do documento oficial de identificação - RG, CNH ou similar equivalente e legal que contenha foto, assim como CPF, contrato social em vigor e última alteração (quando houver), ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial e, em se tratando de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil e Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.1.2. **Carta de Credenciamento - Anexo II**, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados da alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.1.3. **Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Inexistência de Fatos Impeditivos – Anexos III e VI.**

4.1.3.1. Ocorrerá consulta durante o Pregão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), através do website <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>, bem como no CEIS Municipal e Inidôneas e Suspensas do Governo Estadual.

4.2. A licitante que não tiver representante à participação da Sessão Pública do Pregão deverá apresentar os documentos relacionados no item 4.1 fora dos envelopes de proposta e de habilitação e, automaticamente, terão seus preços finais registrados de acordo com os apresentados na Proposta Comercial, impossibilitados de dar lances ou questionar sobre eventuais recursos administrativos.

4.3. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

4.4. A microempresa (ME) ou empresa de pequeno (EPP) porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar nº. 147/2014 deverá apresentar Certidão que comprove tal condição, sob pena de, não o fazendo no ato de credenciamento, anuir que se considere que renunciou ao seu direito.

4.4.1. Nos termos do art. 8.º da Instrução Normativa 103/07-DNRC, a comprovação da condição de ME ou EPP pela empresa ou sociedade será efetuada através mediante Certidão expedida pela Junta Comercial;

4.4.2. Empresas não registradas na Junta Comercial deverão apresentar declaração sobre sob condição de ME ou EPP, assim como documentos comprobatórios.

4.6 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

4.6.1 - Os envelopes n.º 01 – “PROPOSTA” E 02 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues **AO PREGOEIRO**, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados a seguir, contendo em sua face externa e frontal, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 01 – “PROPOSTA COMERCIAL”

AO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 033/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 021/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:.....

CNPJ N.º:

ENVELOPE N.º 02 – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

AO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 033/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 021/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:.....

CNPJ N.º:

5 – DA PROPOSTA ESCRITA**5.1. A proposta deverá:**

- a) ser elaborada conforme modelo do **Anexo IV - Proposta**, em papel-timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada, rubricada em todas as folhas e ao final assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração;
- b) indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico - se houver -, bem como o nome, estado civil, profissão, números de CPF e RG, domicílio e cargo de seu representante legal;
- c) ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação;
- d) descrição do objeto da presente licitação em conformidade com as especificações e demais características do **Anexo I – Termo de Referência**;
- e) preço por ITEM em moeda corrente nacional, em algarismos, **COM 02 (DUAS) CASAS DECIMAIS** e por extenso, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- f) conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e de seus anexos, bem como as omissas, as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, exorbitantes ou iguais a zero.

5.3. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

5.4. Os preços apresentados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento do objeto do presente Edital.

5.5. Para a correta elaboração da proposta, a licitante deverá examinar todos os documentos exigidos no Edital e atender a todas as exigências nele contidas e em seus anexos.

5.6. Os preços serão apresentados pela licitante na **Proposta - Anexo IV** do Edital. Os números posteriores à segunda casa decimal serão desconsiderados pelo Sr. Pregoeiro. Em caso de divergência entre a discriminação dos valores escritos em algarismos e os expressos por extenso, serão considerados os valores mais vantajosos para o DAMAE. **A fase de lances tomará esses preços como referência.**

5.7. Caberá ao Pregoeiro decidir, motivadamente, acerca da aceitabilidade da Proposta quando houver divergência com o Edital e não implicar alteração no fornecimento do objeto do presente Edital.

6. DO PREÇO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para fins de estimativa de valores a serem pagos pelo Contratante à Contratada pelo fornecimento do objeto do presente Edital, utilizam-se como referência o valor total de R\$214.763,88 (duzentos e quatorze mil setecentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos).

6.2. Os preços por unidade encontram-se, para consulta dos interessados, discriminados na pasta interna processual.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

7.1.1. seleção das propostas de menor preço e das demais com preços até dez por cento (10%) por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais;

7.1.2. não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços POR ITEM, até o máximo de três (3), desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.2. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir dos autores das propostas de maiores preços e os demais em ordem decrescente de valores, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preço.

7.2.1. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, o outro registrado, para efeito de posterior ordenação das propostas;

7.2.2. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.3. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, e o valor mínimo entre lances unitário é de R\$0,01 (um centavo de real).

7.3.1. Não poderá haver desistência dos lances apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item XIX deste edital.

7.4. A etapa de lances será considerada encerrada quando os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, considerando-se selecionado o último lance.

5

7.5. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 147/2014, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada deverá apresentar a Declaração (ANEXO VII) de sua condição de ME ou EPP junto ao credenciamento.

7.6. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, o desempate ocorrerá através de sorteio, **exceto** na situação prevista no § 2º do art.44, da Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014.

7.7. O procedimento a ser adotado no caso de ocorrência de empate, quando a menor proposta ou o menor lance não for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte beneficiária do regime diferenciado instituído pela Lei Complementar n.º. 147/2014 será o que se segue:

7.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento (5%) superiores à proposta mais bem classificada durante a etapa de lances.

7.7.2. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.7.2.1. As microempresas ou empresas de pequeno porte mais bem classificada no intervalo percentual de até 5% definido nos termos do subitem **7.7.1.**, serão convocadas para, querendo, apresentarem novas propostas de preços inferiores àquelas classificadas com o menor preço POR ITEM ou lance, no prazo máximo de cinco (5) minutos POR ITEM em situação de empate, sob pena de preclusão. Apresentada proposta nas condições referidas, proceder-se-á à análise da documentação de habilitação.

7.7.2.2. Não sendo declarada vencedora a microempresa ou empresas de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem **7.7.1.**, na ordem classificatória, para, querendo, exercer o mesmo direito.

7.7.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **7.7.1.**, será realizado sorteio entre elas, definindo e convocando automaticamente aos vencedores do sorteio para, querendo, formular melhores ofertas

7.8. Logrando-se na sessão do Pregão empresa de grande porte, esta deverá subcontratar à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte do ramo sediada(s) em São João del-Rei ou região o percentual de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, em consonância com o Art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

§ único: Os empenhos e pagamentos do Damae serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, em conformidade com a Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, após dados empresariais da ME ou EPP fornecidos formalmente pela empresa de grande porte.

7.9. Não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando:

7.9.1. não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

7.9.2. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

7.10. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.11. No caso da sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das licitantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.12. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

7.13. A Proposta Comercial deverá ter validade por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.14. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

7.15. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

7.16. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse desta Autarquia Municipal.

7.17. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

7.18. Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

7.19. O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

7.20. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

7.21. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.22. Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

7.23. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, pela ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

7.24. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro negociará para que seja obtido um melhor preço.

7.25. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

7.26. No caso da sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das licitantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

8. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “N.º 02” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Após o encerramento da fase de lances verbais, com a classificação das propostas na forma prescrita neste edital, proceder-se-á a abertura do Envelope “N.º 02”, para análise dos documentos de habilitação das proponentes classificadas por ITEM.

8.2. Serão consideradas habilitadas as proponentes que apresentarem os documentos relacionados no item 8.9.

8.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia comum acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membros da Equipe de Apoio.

8.4. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documento; ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.5. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.6. O DAMAE não se responsabilizará pela eventual impossibilidade de utilização dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa impossibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, as licitantes que se enquadrarem nessa situação serão inabilitadas.

8.7. Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, as licitantes serão declaradas vencedoras do certame.

8.8. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.9. Além da documentação usualmente solicitada para fins de participação nos certames licitatórios, solicito a inclusão do alvará de licença e funcionamento e alvará sanitário, por se tratar de produto perecível e de consumo humano, sendo um dever da Administração, exigir documentos que comprovem se tais empresas estão em condições de funcionamento, perante os órgãos de fiscalização de funcionamento e sanitário.

8.10. O Envelope “Documentos de Habilitação” deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

8.9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cédula de Identidade dos sócios, gerentes ou administradores;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou última alteração, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “a”, deste subitem;
- d) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

8.9.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas “a” a “c” do subitem 8.9.1. não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

8.9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

- b) prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou no âmbito Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) certidão de regularidade junto às Fazendas: **Nacional, Estadual e Municipal** da sede da licitante, bem como junto à Secretaria da Receita Federal, na forma da lei;
- d) certidão de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (**INSS**) e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).
- e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

8.9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidões Negativas de Falência ou Concordata, expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante.
- b) Onde não houver uma Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Concordata, bem como, deverão ser apresentadas às certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento.

8.9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) O licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o satisfatório fornecimento dos itens compatíveis com o objeto em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação deste Edital.
- b) Alvará de licença e funcionamento, caso ainda não tenha ocorrido a renovação para este exercício, ou o documento seja emitido com validade indeterminada deverá ser apresentado a taxa de pagamento referente ao exercício, juntamente com o alvará;
- c) Alvará Sanitário vigente expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal. Caso ainda não tenha ocorrido a renovação para este exercício, ou o documento seja emitido com validade indeterminada, deverá ser apresentado a taxa de pagamento referente ao exercício, ou protocolo de solicitação, juntamente com o alvará.

8

8.9.5. DECLARAÇÃO RELATIVA À MÃO-DE-OBRA

8.9.5.1. Declaração de que as empresas não utilizam mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme disposições contidas na Lei Federal nº. 9.584, de 27 de outubro de 1999, de acordo com o modelo – **Anexo V**.

8.9.6. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

8.9.6.1. Declaração conforme **Anexo VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador credenciado, desde que haja poderes outorgados na Procuração, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública;

8.9.7. DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

8.9.7.1. Declaração conforme **Anexo VII – DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador credenciado, desde que haja poderes outorgados na Procuração, assegurando que cumpre os requisitos legais para qualificação como Micro Empresa (**ME**) ou Empresa de Pequeno Porte (**EPP**), conforme art. 3º da Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, bem como não esta sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo; estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei supracitada e se deseja lograr do art. 43, § 1º no caso de alguma restrição fiscal.

8.10. DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE BENEFICIÁRIAS DO REGIME DIFERENCIADO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2014:

8.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado instituído pela Lei Complementar n.º. 147/2014, após a etapa de lances, deverão apresentar toda a

documentação exigida para habilitação, inclusive aquela que comprova sua regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

8.10.2. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, as licitantes serão habilitadas e declaradas vencedoras do certame na sessão do pregão, nos termos do art. 43, § 1º, da supracitada Lei Complementar, após o que o Pregoeiro dará ciência às licitantes desta decisão e intimará as licitantes declaradas vencedoras para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento desta declaração, ou após o julgamento de eventuais recursos, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

8.10.3. Após a intimação referida no subitem anterior, proceder-se-á na forma do item 11.1. do presente Edital.

8.10.4. Durante o prazo referido no subitem 8.10.2., não poderá ser emitida a Ordem de Fornecimento.

8.10.5. A não regularização da situação fiscal no prazo e condições disciplinadas subitem 8.10.2. implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e art. 7º da Lei nº. 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos deste Edital, ou revogar a licitação.

8.11. OBSERVAÇÕES:

8.11.1. O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

8.11.2. Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

8.11.3. Todos os documentos apresentados para comprovar a habilitação da licitante deverão apresentar identidade de número registro no CNPJ, vez que não será admitida a apresentação de documentos de estabelecimentos diversos, ressalvadas as certidões que só possam ser emitidas por meio do CNPJ da Matriz.

8.11.4. A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio.

8.11.5. Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de **180 (cento e oitenta)** dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

8.11.6. A apresentação de cópia reprográfica autenticada do certificado de registro cadastral de quaisquer órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, com prazo de validade em vigor, supre as exigências referentes à apresentação dos documentos aludidos, com exceção da certidão de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na forma do que dispõe o art. 32, § 2º, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.11.7. Só serão aceitos certificados de registro cadastral cujo objeto seja, comprovadamente, compatível com o objeto licitado.

8.11.8. Os documentos poderão ser apresentados em via original ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais, competentes por força da Lei Federal nº. 8.935, de 18/11/1994, ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei.

8.11.9. Na hipótese da apresentação de documentos originais não acompanhados pelas respectivas cópias, estes serão anexados ao processo licitatório.

8.11.10. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que apenas comprovem o seu requerimento.

9. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

9.1. Verificado a empresa vencedora da fase de lances que ofertar menor preço por ITEM, o Pregoeiro solicitará a amostra do produto por ela ofertada, para verificação de sua qualidade e do atendimento às especificações e parâmetros objetivos para a aferição da aceitabilidade da amostra, antes da abertura dos envelopes de habilitação.

9.1.1. A título de amostra, constar catálogos com as especificações, códigos das peças, manuais, folders, prospectos com foto ou desenho detalhado do produto ofertado, constando nome do fabricante/marca, bem como amostra física de cada item. A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante.

9.2. O Pregoeiro solicitará aos servidores incumbidos pelo Recebimento de Materiais concomitante com servidores da área da Administração à análise e, posterior, **emissão laudo de aceitabilidade**, a fim de prosseguimento do certame.

9.3. No momento da solicitação, o fornecedor deverá declarar sob a possibilidade de atendimento do fornecimento de amostra, devendo responder em até 10 (dez) minutos, quando determinado pelo pregoeiro. Período este que antecede a abertura do Envelope de Habilitação.

9.4. A rejeição da amostra será devidamente fundamentada pelos servidores acima designados.

9.5. O não cumprimento da declaração de fornecimento de amostra importará em falsidade da mesma, sendo aplicáveis as penalidades previstas nesse instrumento.

9.6. O produto/material apresentado como amostra poderá ser aberto, conectado a equipamentos e submetido às análises necessárias.

9.7. Os demais licitantes serão notificados para, querendo, acompanhar a apresentação e análise das amostras ofertadas pelo licitante vencedor.

9.8. Se a amostra for rejeitada, o Pregoeiro examinará a proposta do licitante subsequente. Caso a proposta seja aceita e o licitante habilitado, o pregoeiro solicitará amostra dos produtos ofertados no prazo estabelecido neste Edital.

10. DA ADJUDICAÇÃO

10.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro na hipótese de inexistência de recursos. Após a adjudicação o processo será encaminhado, devidamente instruído, à autoridade competente, para homologação.

10.2. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, o processo será submetido à Autoridade competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

11. DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

11.1. Uma vez declarada as vencedoras ou após adjudicado o objeto à vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer de qualquer ato praticado durante a sessão do Pregão, sendo concedido à(s) recorrente(s), o prazo de três (3) dias úteis, contados da data da sessão, para apresentação das razões, ficando as demais proponentes intimadas para apresentarem contra-razões em igual prazo, contados, todavia, do término do prazo das recorrentes.

11.2. É assegurada vista dos autos a todos os presentes durante a própria sessão para fins de apresentação de razões ou contra-razões de recurso.

11.3. A petição de interposição do recurso poderá ser feita por escrito até o término da sessão.

11.4. A falta de manifestação importará na perda do direito de recorrer.

11.5. Os recursos não terão efeito suspensivo.

11.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

11.7.1. Ser dirigido ao Diretor Geral Interino do Damae, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme estabelecido no item 11.1 deste Título;

11.7.2. Ser encaminhado para o endereço eletrônico compras.damae@mgconecta.com.br, com assinatura digital, ou ser protocolizado na sala da Diretoria de Compras e Licitação, em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

11.8. O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

11.9. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. O recurso será apreciado pelo Pregoeiro, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.

11.11. A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no website desta Autarquia Municipal, afixação no quadro de avisos do DAMAE e comunicado a todos os licitantes via fac-símile ou correio eletrônico (e-mail).

11.12. Recursos contra decisão de anulação ou revogação do certame devem ser dirigidos ao Diretor Geral Interino do Damae, protocolizados na Secretaria da Direção à Praça Duque de Caxias, 63, Centro, São João del-Rei/MG, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, observando-se os requisitos indicados no subitem 11.7.2 acima.

12. DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida à Diretoria Geral do DAMAE para homologação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. A contratação será realizada após a indicação do vencedor, sendo formalizada por instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. Art.62, parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93, em conformidade com os preceitos de direito público, com vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal 8.666/93.

13.1.1. Para assinar o contrato o adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação.

13.1.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.

13.2. O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da comunicação para tal, através de FAX ou correio eletrônico.

13.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em moeda nacional, após processamento interno, em 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

14.2. O DAMAE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a licitante não tiver fornecido o objeto por ela contratado na sua totalidade, ou o fornecimento não estiver de acordo com as especificações constantes do **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital.

14.3. O pagamento somente poderá ser efetuado se as licitantes estiverem em situação fiscal regular, isto é, desde que apresente as certidões elencadas no item 8.9.2, alíneas “c”, “d” e “e”, deste Edital.

14.4. A licitante vencedora deverá indicar o nome do banco, agência e número da conta bancária onde serão depositados os pagamentos das obrigações pactuadas nas propostas.

14.5. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelas contratadas.

14.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15. DAS SANÇÕES

15.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-se às seguintes sanções:

a) advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da quantidade estimada da prestação de serviço, pela recusa de execução ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal, devidamente atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM/FGV;

c) Multa de 1% (um por cento) do valor do estimado para tal recusa injustificada para assinatura da ata ou contrato, quando regularmente convocado;

d) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Damae, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme disposto no inciso III, artigo 87 da Lei n.º 8.666/93;

e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Municipal, na forma prevista no Inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que

aplicou a sanção e encaminhamento ao Ministério Público, TCEMG e incluída no Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Damae.

§ 1.º A sanção estabelecida na alínea “e” é de competência exclusiva do Diretor Geral Interino do DAMAE, facultada a defesa da Prestadora de Serviço no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

§ 2.º As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia da Detentora da Ata, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.2. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Diretor Geral Interino do DAMAE, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

15.3. Quando o recurso a que se refere o *Caput* do item 15.2 acima não ocorrer através de preposto da Contratada na Sede Administrativa do Damae sendo, por sua vez, enviado por correio, telex, fac-símile, correio eletrônico (email) ou qualquer outro meio de comunicação formal, a petição de interposição original deverá ser encaminhada e protocolizada via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), preferencialmente com Aviso de Recebimento – AR e informado o código de rastreio da ECT, para fins de, posterior, análise e autenticação do documento.

15.4. Pelo descumprimento da execução das obrigações assumidas, sobretudo no tocante ao prazo de entrega e respectivas especificações, a Empresa será notificada administrativamente pela Direção do Damae via Empresa Brasileira de Correios (ECT), através de Aviso de Recebimento - AR (que, por meio do preenchimento de formulário próprio, físico ou digital, permite comprovar, junto ao remetente, a entrega da Notificação) ou por servidor devidamente designado em seu endereço físico descrito no processo licitatório.

15.4.1. Após 03 (três) notificações de uma mesma infração contratual, conforme *caput* supracitado seja por recusa por parte da Fornecedora em assiná-la e/ou retorno do referido documento pela ECT; serão canceladas todas as obrigações assumidas na ata ou instrumento contratual (Art.62, § 4º, da Lei nº 8.666/93), em consonância com os artigos 78 e 79, da Lei Federal nº 8.666/93, posteriormente a publicação prévia no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG) e Diário Oficial do Município (DOM), que ocorrerão até 20 (vinte) dias contados da comprovação do retorno supracitado formal da 3.ª (terceira) notificação, a fim de ocorrer até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte, para sua eficácia, ciência dos interessados e todos efeitos legais.

15.5. Se a contratada ficar temporariamente impossibilitada, por motivo de força maior, de cumprir com suas obrigações e responsabilidades, poderá comunicar, por escrito, e no prazo de 02 (dois) dias, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração dos prazos pretendidos.

15.6. O comunicado de força maior será julgado à época do seu recebimento com relação a aceitação ou não dos motivos, podendo ou não a contratante averiguar em fase superior a veracidade do fato.

15.7. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Damae, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

15.7.1. A critério do DAMAE e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber em razão do fornecimento, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

15.7.2. Não havendo pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

15.8. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a Detentora da Ata/Contratante, poderá, sem prejuízo do cancelamento e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 7º da Lei 10.520/02, além das demais cominações legais cabíveis na Ata de Registro de Preços e/ou instrumento contratual, sem exclusão das possibilidades da aplicação de outras, previstas na Lei Federal 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

15.9. Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da comarca da sede do DAMAE.

16.2. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.3. Fica assegurado ao DAMAE o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

16.4. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o DAMAE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

16.7. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada às licitantes sua assinatura.

16.7.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas na própria ata.

16.8. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como todas as propostas, serão rubricadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada às licitantes presentes sua assinatura.

16.9. - Homologado o resultado da licitação, o pregoeiro, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores habilitados, convocará os interessados para assinatura da Ata e/ou Instrumento Contratual, após cumpridos os requisitos de publicidade no Diário Oficial do Estado; em jornal de circulação local e Diário Oficial Municipal, conforme art. 96, da Lei Orgânica Municipal; por meios eletrônicos, a saber, *homepage* da rede mundial de computadores (internet), da mesma forma que se deu publicidade convocatória, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

13

16.10. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS consignadas no Exercício de 2017, as quais serão apontadas para a formalização do instrumento hábil à aquisição, conforme dispõe o artigo 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892 de 23.01.2013, em consonância com o art. 14, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e com a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (LRF):

03.001.000.17.122.0402.2.860.3.3.90.30.00 - Material de Consumo (Ficha 21)

03.001.000.17.122.0402.2.860.3.3.90.32.00 - Material Bem ou Serv. P/ Distrib. Gratuita (Ficha 22)

16.11. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada após a formalização da homologação e da publicação de seu extrato no DOEMG, mediante solicitação escrita. Decorridos sessenta (60) dias após, serão destruídos sem quaisquer formalidades.

16.12. Até dois 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

16.13. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá até 01 (um) dia útil antes da data fixada para recebimento das propostas.

16.14. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.15. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no DAMAE.

16.16. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Competente.

16.17. Este Edital (físico) tem um preço de R\$3,60 (três reais e sessenta centavos), para cobrir os custos com sua reprodução/impressão - R\$0,10 (Dez centavos a folha) - e será fornecido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio posterior a apresentação do comprovante de pagamento da referida taxa à Autarquia Municipal. A guia de pagamento é fornecida através dos guichês do prédio sede do Damae sito no setor de atendimento, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min e pagamento efetuado nas casas lotéricas e agências bancárias credenciadas.

16.18 –Este Edital (digital) tem **custo zero** quando obtido por intermédio das homepages da rede mundial de computadores (internet), a saber



**Departamento Autônomo Municipal de
Água e Esgoto de São João del-Rei - DAMAE**



<http://www.damaesjdr.mg.gov.br/pagina/6764/Preg%C3%A3o%20Presencial>
compras.damae@mgconecta.com.br

ou pelo email

16.19 – Quaisquer esclarecimentos sobre este Edital poderá ser obtido com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, no prédio sede do Damae, das 07h00min às 13h00min, à Praça Duque de Caxias, 63, Centro, São João del –Rei / MG ou pelo telefax (32) 3371- 4477.

São João del –Rei / MG, 11 de julho de 2017.

**Ricardo Luiz do Carmo
Pregoeiro**

PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017
PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS - RP
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

01. DO OBJETO

1.1. Trata o presente Termo de Referência a contratação de empresas do ramo para fornecimento futuro, eventual, sob demanda e parcelado de materiais e utensílios de limpeza/higienização, gás GLP e gêneros alimentícios, conforme itens abaixo discriminados.

Item	Descrição	Qt.	Unid.
1.1	água sanitária, comp. química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo: hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2,0% à 2,5%, frasco de 1000 ml, acondicionadas em embalagens de papelão identificadas, caixa com 12 Unidades cada.	800	cx.
1.2	álcool etílico em gel hidratado 70 graus 500 g eucalipto	30	Unid.
1.3	álcool etílico em gel hidratado 70 graus 500 g neutro	100	Unid.
1.4	álcool etílico hidratado, 92,8 INPM, 1 litro cada.	100	Unid.
1.5	balde plástico c/ alça 14 litros reforçado	30	Unid.
1.6	balde plástico c/ alça 8 litros reforçado	30	Unid.
1.7	caixa térmica com capacidade mínima de 90 litros (98 a 100 litros) material polipropileno	5	Unid.
1.8	cera líquida incolor com silicone 850 ml embalagem lata	1000	Unid.
1.9	cesto plástico de 65 litros com tampa na cor preta	10	Unid.
1.10	copo plástico de 200 ml , polipropileno atóxico, peso unitário líquido mínimo de 2,20 g – pacote com 100 unidades NBR nº 14.865/2002, gravação no fundo do copo do símbolo de identificação p/ reciclagem "PS", conforme NBR 13230 e capacidade do copo.	9000	Unid.
1.11	copo plástico de 50 ml , polipropileno atóxico, peso unitário líquido mínimo de 2,20 g – pacote com 100 unidades NBR nº 14.865/2002, gravação no fundo do copo do símbolo de identificação p/ reciclagem "PS", conforme NBR 13230 e capacidade do copo.	100	Unid.
1.12	desinfetante sanitário em pastilha adesiva	1000	Unid.
1.13	desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, frasco de 500 ml. acondicionadas em embalagens de papelão identificadas, com 12 unidades cada.	500	cx
1.14	detergente líquido, composto de tensoativos aniônicos, coadjuvantes, preservantes componente ativo linear alquibenzeno sulfonato de sódio. aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro, com tensoativos biodegradável. frasco de 500 ml, acondicionado em caixa de papelão, devidamente identificadas. caixa com 24 frascos.	500	cx
1.15	dispenser para papel higiênico para rolos de até 300 mm de diâmetro na cor branca	5	Unid.
1.16	dispenser para papel interfolhado de 2/3 dobras na cor branca para 1.000 folhas	5	Unid.
1.17	dispenser para sabonete líquido com sistema de válvula efusiva na cor branca para refil de 800 ml	10	Unid.
1.18	escova de lavar roupas plástica com cerdas de nylon	10	Unid.
1.19	espanador pena 30 cm	20	Unid.
1.20	esponja sintética dupla face fibra verde e espuma amarela embalagem com 4 unidades	50	Unid.
1.21	estopa para limpeza em algodão cru puro pacote de 500 gramas	100	Unid.
1.22	flanela 28x48cm	1000	Unid.
1.23	garrafa térmica de 01 litro c/ tampa interna de vedação e tampa protetora	30	Unid.
1.24	garrafa térmica para café com bico externo e capacidade de 1 litro	30	Unid.
1.25	garrafão térmico com capacidade de 5 litros	20	Unid.
1.26	lã de aço biodegradável pacote com 8 unidades de 60 gramas	500	Unid.
1.27	lã de aço embalagem pacote com 08 unidades	125	Unid.
1.28	limpador multiuso com álcool 500 ml	500	Unid.
1.29	lixeira retangular de 30 litros com pedal metálico galvanizado na cor branca polipropileno.	10	Unid.
1.30	lixeira retangular de 60 litros com pedal metálico galvanizado na cor branca polipropileno.	10	Unid.
1.31	lustra moveis lavanda 500 ml	100	Unid.
1.32	luva de látex com forro interno de algodão (par) , cano longo, com antiderrapante na palma e dedos rc.a. n. 13959 tamanhos p , m e g (par)	30	Unid.

1.33	luva térmica de cozinha em tecido e silicone, cano longo, suporta, no mínimo, 220 ° c (par) tamanhos p .	20	Unid.
1.34	maço de fósforos c/ 10 cx	500	Mc
1.35	pano de prato	30	Unid.
1.36	pano multiuso (tipo perfex) azul 60 cm x 33 cm com 5 unidades	1000	Unid.
1.37	pano p/limpeza de chão em algodão cru, 76 x 78 cm (sc de açúcar - branco) 76x78 cm	300	Unid.
1.38	papel higiênico 1ª qualidade 16x4x60m papel não reciclado pacote com 4 rolos	100	Unid.
1.39	papel higiênico 300 m (c/08 rolos)	500	Unid.
1.40	papel higiênico branco picotado, fardo c/ 64 rolos de 60 metros	100	Frd
1.41	passador de cera	40	Unid.
1.42	placa de aviso (piso molhado) frente e verso confeccionada em pvc	30	Unid.
1.43	placa desodorizadora para mictório 185 x 160 mm material pvc	5	Unid.
1.44	removedor de cera 500 ml	24	Unid.
1.45	rodo de alumínio e borracha dupla 60 cm - com cabo de metal	20	Unid.
1.46	rodo de madeira e borracha dupla 40 cm - com cabo em madeira	20	Unid.
1.47	sabão em pó em sachê ou caixa de 1 kg	200	Unid.
1.48	sabão tablete 200 gramas pacote com 05 unidades	30	Unid.
1.49	sabão de coco 100 grs.	500	Unid.
1.50	sabonete 90 g, cor branca, pele normal, glicerinado.	600	Unid.
1.51	sabonete líquido, aspecto líquido físico perolado, aroma erva-doce, acidez neutro-ph frs. 5000 ml	100	Unid.
1.52	saco de lixo preto de 100 litros - embalagem com 100 unidades – 75 x 90 x 0,07.	400	Unid.
1.53	saco de lixo preto de 30 litros pacote com 100 Unidades	500	Unid.
1.54	saco de lixo preto de 300 litros 105 x 135 cm - embalagem com 100 Unidades	200	Unid.
1.55	suporte de plástico com torneira para galão de água 20 litros	120	Pacote
1.56	suporte inox para copo de água descartável (máximo 200 ml)	20	Unid.
1.57	toalha de papel 22,5 x 22,5 cm (pacote c/ 2 rolos) com 60 folhas	500	Unid.
1.58	toalha de papel interfolhada 23 x 21 cm (pacote c/ 1.000 Unidades)	500	Unid.
1.59	vasilhame retornável de 20 litros para água mineral (tipo retornável)	60	Pacote
1.60	vassoura esponja 30 cm	10	Unid.
1.61	vassoura (limpa teto) cabo 2m	5	Unid.
1.62	vassoura com cerdas macias e plumadas de nylon com base plástica de 30 cm e cabo metálico	25	Unid.
1.63	vassoura de nylon base plástica gari 40 cm de madeira plastificado	100	Unid.
1.64	vassoura piaçava gari 60 cm de madeira	100	Unid.
1.65	vassoura piaçava n. 5 com cabo de madeira plastificado	50	Unid.
1.66	vassoura sanitária lavativa de nylon c/ suporte em plástico resistente	25	Unid.
2.1	achocolatado em pó pacote de 400 gramas enriquecido com no mínimo 5 vitaminas	800	Unid.
2.2	leite integral UHT, embalagem longa vida tetra pak de 1 litro	2700	Unid.
2.3	refresco artificial em pó, sabores variados, embalagem de 240 gramas	1000	Unid.
2.4	refresco artificial em pó, sabores variados, embalagem de 1 kg	400	Unid.
2.5	refrigerante de cola com açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo iv, acidulante ins 338 e aroma natural, embalagem de 2 litros	200	Unid.
2.6	refrigerante de guaraná com água gaseificada, xarope de guaraná, embalagem de 2 litros	200	Unid.
2.7	refrigerante de laranja com água gaseificada, açúcar, e aroma natural, embalagem de 2 litros	200	Unid.
2.8	café torrado e moído, com embalagem à vácuo-puro, pacote de 250 gramas, de qualidade tradicional, aroma tradicional, acidez baixa a moderada, amargor moderado com selo de pureza da associação brasileira do café (ABIC) ou, na ausência deste, laudo de análise do produto ofertado, emitido por laboratório habilitado pela reblas/ANVISA ou por laboratório acreditado pelo Inmetro.validade mínima: 12 meses.	2000	Unid.
2.9	açúcar cristal, sacarose de cana -de - açúcar, cor branca. embalagem em polietileno, embalagem de 5 kg cada, tipo peneirado de 1.ª qualidade. validade mínima: 12 meses no ato da entrega.	250	Pacote
3.1	Recarga Gás GLP 13 Kg	45	Botijão

1.2. A existência de preços registrados **NÃO OBRIGA O DAMAE A FIRMAR AS CONTRATAÇÕES** que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

02. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Esta aquisição se faz necessária devido à necessidade do Damae servir matinalmente o café da manhã aos servidores, de forma a garantir o alimento no início de sua jornada de trabalho, bem como atender as necessidades em coffee break, caso haja reuniões, cursos, workshops ou palestras a fim de qualificar, atualizar ou reciclar os servidores. Os itens também serão utilizados em pequenas recepções da Administração como visitas de autoridades no Damae onde muitas vezes são preparados cafés e afins. Os materiais e utensílios de limpeza/higienização, gás GLP e gêneros alimentícios são para uso no dia a dia em atividades correlacionadas às atividades laborais exercida pelos Servidores Auxiliares de Serviços Gerais, entre outros, em prol das instalações públicas do Damae, servidores e contribuintes, conforme Memorando Solicitante do Setor de Almoarifado, anexo aos autos do processo.

2.2. A Adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços – justifica-se pela conveniência da aquisição parcelada dos bens necessários ao DAMAE, uma vez que neste momento o orçamentário não será liberado em sua totalidade, de acordo com a previsão contida no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e que outros Órgãos poderão participar ou aderir a Ata de Registro de Registro de Preços.

03. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU RECURSOS FINANCEIROS

3.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS consignadas no Exercício de 2017, as quais serão apontadas para a formalização do instrumento hábil à aquisição, mediante assinatura desta e instrumento contratual, por parte desta **AUTARQUIA-CONTRATANTE e CONTRATADA**, conforme dispõe o artigo 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892 de 23.01.2013, em consonância com o art. 14, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e com a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (LRF):

03.001.000.17.122.0402.2.860.3.3.90.30.00 - Material de Consumo (Ficha 21)

03.001.000.17.122.0402.2.860.3.3.90.32.00 - Material Bem ou Serv. p/ Distrib. Gratuita (Ficha 22)

04. DA FORMAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços estimados e apurados pela administração através do Setor de Compras e correspondem aos preços praticados pelo mercado por empresas do ramo.

4.2 - Nos preços, depois de aplicado os percentuais de desconto ofertado estão computados todas as despesas, bem com todos os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes – carga e descarga -, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis ao perfeito fornecimento do objeto licitado.

05. LOCAL DA ENTREGA DO MATERIAL

5.1. O (s) material(s) deverá (ão) ser entregue(s) no Almoarifado do Damae, no horário das 07:00 às 17:00 h, em dias de funcionamento desta Autarquia Municipal, na Praça Duque de Caxias, 63, Centro, São João del-Rei/Minas Gerais, para fins de recebimento provisório.

06. DO FORNECIMENTO

6.1. A CONTRATADA deverá entregar o(s) produto(s) solicitado(s) – Objeto da Licitação - dentro do prazo máximo, após solicitação emanada pelo setor competente, através de Ordem de Compra, podendo ser solicitadas pequenas quantidades, as quais deverão ser entregues no local descrito no item 5.1., de até:

6.1.1. 01 (um) dia aos gêneros alimentícios;

6.1.2. 01 (um) dia útil ao Gás GLP, 13 kg;

6.1.3. 05 (cinco) dias úteis para os materiais e utensílios de limpeza/higienização.

6.2. Havendo rejeição, o fornecedor será informado expressamente para proceder à imediata substituição no prazo de até 05 (cinco) dias para os materiais e utensílios de limpeza/higienização e de 01 (um) dia aos gêneros alimentícios e ao Gás GLP, 13 kg, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente do fato.

6.2.1. Após este prazo o Damae reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar, procedendo-se o cancelamento da Ordem de Compra e cancelamento unilateral da presente Ata, sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas.

6.3. Não serão aceitos, determinantemente, produto que não seja da marca ofertada na proposta comercial concomitante com a amostra apresentada e não atenda as especificações e as necessidades do DAMAE.

6.4. O prazo de validade dos produtos fornecidos deverá ser conforme especificado no modelo de proposta e amostra.

6.5. Os produtos serão conferidos no ato da entrega, e qualquer irregularidade constatada implicará em:

6.5.1. Se disser respeito à qualidade, a Contratante poderá rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

6.5.2. Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único - Em ambos os casos citados acima, a substituição será imediata.

6.6. Eventuais atrasos na entrega do produto deverão ser justificados pela empresa adjudicatária, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na Ata.

6.7. Os contratos de fornecimento decorrentes da presente Ata de Registro de Preços poderão ser substituídos pelos empenhos e individualizados pelas Ordens de Compras, emitido pelo setor competente do DAMAE.

07. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

7.1. A fiscalização e o recebimento ficarão a cargo do Setor de Almoxarifado c/c servidor devidamente capacitado e designado que verificará as suas conformidades quanto à qualidade e correta especificação, para o conseqüente aceite definitivo em até 03 (três) dias úteis – Emissão de Termo por servidor (es) designado (s) da Comissão de Recebimento de Materiais.

7.1.1. O Damae reserva-se no direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações constantes deste instrumento convocatório. Caberá à empresa adjudicatária, no caso de defeitos ou imperfeições, substituir de imediato os produtos, no prazo a ser determinado por esta Autarquia da Prefeitura Municipal, sob pena de rescisão do Contrato, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório, inclusive do disposto no §2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

7.2. Aos responsáveis pela fiscalização incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação pertinente, em especial na especificação do material inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação em vigor.

7.3. O fornecedor declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

7.4. Compete ao fornecedor fazer um minucioso exame da especificação do material, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato.

7.5. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

7.6. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da fornecedora no que concerne aos materiais adquiridos, à sua entrega e às conseqüências e implicações, próximas ou remotas, perante o, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na entrega dos mesmos não implicará em corresponsabilidade do ou de seus prepostos.

08. DO CRITÉRIO DO JULGAMENTO

8.1. Por se tratar de bens comuns a serem adquiridos de forma parcelada, não sendo possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, a licitação deverá ser realizada através de Pregão para Registro de Preços.

8.2. Os critérios de julgamento estarão de acordo com a Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiária a lei n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, adotando-se o critério de menor preço por **ITEM**, sendo que para tornar-se adjudicatária, é imprescindível que a proposta atenda todas as condições estabelecidas no edital, bem como apresente preço compatível com o praticado no mercado.

09. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/CONTRATANTE

9.1 – Responsabilidades da Contratada

9.1.1 – Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, procedência e prazo de garantia;

9.1.2 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com as especificações e/ou da requisição, ou que apresente vício de qualidade;

9.1.2.1 – Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3 – Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, encargos sociais, impostos, além das decorrentes do cumprimento das obrigações trabalhistas, taxas, impostos, sem qualquer ônus ao **DAMAE**;

9.1.4 – Manter durante todo o período de fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.1.5 – Responder integralmente por perdas e danos que vier a este órgão ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais.

9.1.6 - Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.7 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2 – Responsabilidades da CONTRATANTE, além de outras decorrentes da legislação aplicável:

9.2.1. Coordenar a distribuição atestando o Recebimento na Nota Fiscal/Fatura;

9.2.2. Verificar a qualidade dos produtos em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Edital;

9.2.3. Verificar as condições de acondicionamento;

9.2.4. Contatar ao fornecedor quando houver verificação de irregularidades posteriores à entrega, para promover a regularização;

9.2.5. Suspender a tramitação da liquidação da Nota Fiscal/Fatura quando não houver atendimento às solicitações de correções de irregularidades.

9.2.6. Efetuar à Detentora, no valor contratado, o pagamento no prazo estipulado referente à aquisição;

9.2.7. Fiscalizar o fiel cumprimento da Ata de Registro de Preços através de Servidor devidamente designado em conjunto com servidores do Setor de Almoarifado para este fim.

9.2.8. Fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento da Ata de Registro de Preços.

9.2.9. Verificar os prazos de validade dos produtos.

10 – DOS ACRESCIMOS DE QUANTITATIVOS

10.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista na Cláusula XV (páginas 11 e 12) deste Edital Convocatório.

11.2. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a Contratante, poderá, sem prejuízo do cancelamento e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 7º da Lei 10.520/02, além das demais cominações legais cabíveis no item 11.1.;

12. DAS CONDIÇÕES E DOCUMENTOS DE SUPORTE PARA PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em moeda nacional, após processamento interno, em 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento c/c o aceite definitivo.

12.2. O DAMAE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a licitante não tiver fornecido o objeto por ela contratado na sua totalidade, ou o fornecimento não estiver de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

12.3. O pagamento somente poderá ser efetuado se as licitantes estiverem em situação fiscal regular, isto é, desde que apresente as certidões elencadas no item 8.9.2, alíneas “c”, “d” e “e”, deste Edital.

12.3.1. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

12.4. Da nota fiscal deverá constar o nº da conta corrente do licitante, banco, e nº da agência para fins de pagamento, que será realizado através de transferência bancária.

12.5. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelas contratadas.

12.6. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente da liquidação de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O prazo mínimo da Validade da Proposta é de 60 (sessenta) dias.

13.2. A empresa à qual for adjudicado o objeto do certame deverá apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da adjudicação, uma nova proposta, incluindo as planilhas adequadas ao valor final obtido, resultado da negociação a ser realizada após a fase de lances.

13.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. Os empregados da Contratada não terão nenhum vínculo empregatício com a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

13.5. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

São João del-Rei / MG, 11 de julho de 2017.

**Ricardo Luiz do Carmo
Pregoeiro**

ANEXO II

*PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017
PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS - RP*

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO (PROCURAÇÃO)

Pelo presente instrumento público ou particular de procuração _____ (nome da empresa), nomeia e constitui seu procurador o Sr. _____ (nome do outorgado, profissão, nº da carteira de identidade), com poderes para representá-lo perante o **Pregão Presencial nº 018/2017 para Registro de Preços**, podendo participar das sessões realizadas, assinar propostas, bem como formular propostas verbais, decidir sobre desistência ou interposição de recursos, assinar atas, enfim, praticar todos os atos que se façam necessários ao cumprimento regular do presente mandato.

....., emde.....de 2017.

21

Razão Social
(assinatura do(s) representante(s) legal(is) da proponente e carimbo).

APRESENTAR DOCUMENTO COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO

ANEXO III

**PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017
PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS - RP**

(MODELO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPREM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO – MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO
ATENDIMENTO**

(Nome da Empresa), CNPJ nº,
estabelecida à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que
cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **Pregão Presencial para Registro de Preços em
epígrafe.**

_____, ____ de ____ de 2017.

22

Nome: _____(Representante Legal)
RG. nº. _____(do signatário)

**(OBS.: DEVERÁ SER EM PAPEL TIMBRADO E ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU
PROCURADOR CREDENCIADO, DESDE QUE TENHA PODERES PARA TANTO OUTORGADOS NA PROCURAÇÃO E
APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO)**

ANEXO IV

**PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017
PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS - RP**

MODELO DE PLANILHA PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTA

PROPONENTE:..... ENDEREÇO:.....N.º..... BAIRRO:.....CIDADE.....UF..... FONE:.....EMAIL..... CEP:.....C.N.P.J..... REPRESENTANTE LEGAL QUE FIRMARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: NOME: RG: CPF: PREPOSTO QUE REPRESENTARÁ A DETENTORA DURANTE A VIGÊNCIA DO AJUSTE: NOME:..... R.G:C.P.F:			
BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA PAGAMENTO	CONTA CORRENTE

Item	Descrição	Qt.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1.1	água sanitária, comp. química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo: hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2,0% à 2,5%, frasco de 1000 ml, acondicionadas em embalagens de papelão identificadas, caixa com 12 Unidades cada.	800	Cx.		
1.2	álcool etílico em gel hidratado 70 graus 500 g eucalipto	30	Unid.		
1.3	álcool etílico em gel hidratado 70 graus 500 g neutro	100	Unid.		
1.4	álcool etílico hidratado, 92,8 INPM, 1 litro cada.	100	Unid.		
1.5	balde plástico c/ alça 14 litros reforçado	30	Unid.		
1.6	balde plástico c/ alça 8 litros reforçado	30	Unid.		
1.7	caixa térmica com capacidade mínima de 90 litros (98 a 100 litros) material polipropileno	5	Unid.		
1.8	cera líquida incolor com silicone 850 ml embalagem lata	1000	Unid.		
1.9	cesto plástico de 65 litros com tampa na cor preta	10	Unid.		
1.10	copo plástico de 200 ml , polipropileno atóxico, peso unitário líquido mínimo de 2,20 g – pacote com 100 unidades NBR nº 14.865/2002, gravação no fundo do copo do símbolo de identificação p/ reciclagem "PS", conforme NBR 13230 e capacidade do copo.	9000	Unid.		
1.11	copo plástico de 50 ml , polipropileno atóxico, peso unitário líquido mínimo de 2,20 g – pacote com 100 unidades NBR nº 14.865/2002, gravação no fundo do copo do símbolo de identificação p/ reciclagem "PS", conforme NBR 13230 e capacidade do copo.	100	Unid.		
1.12	desinfetante sanitário em pastilha adesiva	1000	Unid.		
1.13	desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, frasco de 500 ml. acondicionadas em embalagens de papelão identificadas, com 12 unidades cada.	500	Cx.		
1.14	detergente líquido, composto de tensoativos aniônicos, coadjuvantes, preservantes componente ativo linear alquibenzeno sulfonato de sódio. aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas, aroma neutro, com tensoativos biodegradável. frasco de 500 ml, acondicionado em caixa de papelão, devidamente identificadas. caixa com 24 frascos.	500	Cx.		
1.15	dispenser para papel higiênico para rolos de até 300 mm de diâmetro na cor branca	5	Unid.		
1.16	dispenser para papel interfolhado de 2/3 dobras na cor branca para 1.000 folhas	5	Unid.		
1.17	dispenser para sabonete líquido com sistema de válvula efusiva na cor branca para refil de 800	10	Unid.		
1.18	escova de lavar roupas plástica com cerdas de nylon	10	Unid.		
1.19	espanador pena 30 cm	20	Unid.		
1.20	esponja sintética dupla face fibra verde e espuma amarela embalagem com 4 unidades	50	Unid.		

1.21	estopa para limpeza em algodão cru puro pacote de 500 gramas	100	Unid.		
1.22	flanela 28x48cm	1000	Unid.		
1.23	garrafa térmica de 01 litro c/ tampa interna de vedação e tampa protetora	30	Unid.		
1.24	garrafa térmica para café com bico externo e capacidade de 1 litro	30	Unid.		
1.25	garrafão térmico com capacidade de 5 litros	20	Unid.		
1.26	lã de aço biodegradável pacote com 8 unidades de 60 gramas	500	Unid.		
1.27	lã de aço embalagem pacote com 08 unidades	125	Unid.		
1.28	limpador multiuso com álcool 500 ml	500	Unid.		
1.29	lixeira retangular de 30 litros com pedal metálico galvanizado na cor branca polipropileno.	10	Unid.		
1.30	lixeira retangular de 60 litros com pedal metálico galvanizado na cor branca polipropileno.	10	Unid.		
1.31	lustra moveis lavanda 500 ml	100	Unid.		
1.32	luva de látex com forro interno de algodão (par) , cano longo, com antiderrapante na palma e dedos rc.a. n. 13959 tamanhos p . m e g (par)	30	Unid.		
1.33	luva térmica de cozinha em tecido e silicone, cano longo, suporta, no mínimo, 220 ° c (par)	20	Unid.		
1.34	maço de fósforos c/ 10 cx	500	Maço		
1.35	pano de prato	30	Unid.		
1.36	pano multiuso (tipo perfix) azul 60 cm x 33 cm com 5 unidades	1000	Unid.		
1.37	pano p/limpeza de chão em algodão cru, 76 x 78 cm (sc de açúcar - branco) 76x78 cm	300	Unid.		
1.38	papel higiênico 1ª qualidade 16x4x60m papel não reciclado pacote com 4 rolos	100	Unid.		
1.39	papel higiênico 300 m (c/08 rolos)	500	Unid.		
1.40	papel higiênico branco picotado, fardo c/ 64 rolos de 60 metros	100	Fardo		
1.41	passador de cera	40	Unid.		
1.42	placa de aviso (piso molhado) frente e verso confeccionada em pvc	30	Unid.		
1.43	placa desodorizadora para mictório 185 x 160 mm material pvc	5	Unid.		
1.44	removedor de cera 500 ml	24	Unid.		
2.1.45	rodo de alumínio e borracha dupla 60 cm - com cabo de metal	20	Unid.		
1.46	rodo de madeira e borracha dupla 40 cm - com cabo em madeira	20	Unid.		
1.47	sabão em pó em sachê ou caixa de 1 kg	200	Unid.		
1.48	sabão tablete 200 gramas pacote com 05 unidades	30	Unid.		
1.49	sabão de coco 100 grs.	500	Unid.		
1.50	sabonete 90 g, cor branca, pele normal, glicerinado.	600	Unid.		
1.51	sabonete líquido, aspecto líquido físico perolado, aroma erva-doce, acidez neutro-ph frs. 5000	100	Unid.		
1.52	saco de lixo preto de 100 litros - embalagem com 100 unidades – 75 x 90 x 0,07.	400	Unid.		
1.53	saco de lixo preto de 30 litros pacote com 100 Unidades	500	Unid.		
1.54	saco de lixo preto de 300 litros 105 x 135 cm - embalagem com 100 Unidades	200	Unid.		
1.55	suporte de plástico com torneira para galão de água 20 litros	120	Pacote		
1.56	suporte inox para copo de água descartável (máximo 200 ml)	20	Unid.		
1.57	toalha de papel 22,5 x 22,5 cm (pacote c/ 2 rolos) com 60 folhas	500	Unid.		
1.58	toalha de papel interfolhada 23 x 21 cm (pacote c/ 1.000 Unidades)	500	Unid.		
1.59	vasilhame retornável de 20 litros para água mineral (tipo retornável)	60	Pacote		
1.60	vassoura esponja 30 cm	10	Unid.		
1.61	vassoura (limpa teto) cabo 2m	5	Unid.		
1.62	vassoura com cerdas macias e plumadas de nylon com base plástica de 30 cm e cabo metálico	25	Unid.		
1.63	vassoura de nylon base plástica gari 40 cm de madeira plastificado	100	Unid.		
1.64	vassoura piaçava gari 60 cm de madeira	100	Unid.		
1.65	vassoura piaçava n. 5 com cabo de madeira plastificado	50	Unid.		
1.66	vassoura sanitária lavativa de nylon c/ suporte em plástico resistente	25	Unid.		
2.1	achocolatado em pó pacote de 400 gramas enriquecido com no mínimo 5 vitaminas	800	Unid.		
2.2	leite integral UHT, embalagem longa vida tetra pak de 1 litro	2700	Unid.		
2.3	refresco artificial em pó, sabores variados, embalagem de 240 gramas	1000	Unid.		

2.4	refresco artificial em pó, sabores variados, embalagem de 1 kg	400	Unid.		
2.5	refrigerante de cola com açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo iv, acidulante ins 338 e aroma natural, embalagem de 2 litros	200	Unid.		
2.6	refrigerante de guaraná com água gaseificada, xarope de guaraná, embalagem de 2 litros	200	Unid.		
2.7	refrigerante de laranja com água gaseificada, açúcar, e aroma natural, embalagem de 2 litros	200	Unid.		
2.8	café torrado e moído, com embalagem à vácuo-puro, pacote de 250 gramas, de qualidade tradicional, aroma tradicional, acidez baixa a moderada, amargor moderado com selo de pureza da associação brasileira do café (ABIC) ou, na ausência deste, laudo de análise do produto ofertado, emitido por laboratório habilitado pela reblas/ANVISA ou por laboratório acreditado pelo Inmetro.validade mínima: 12 meses.	2000	Unid.		
2.9	açúcar cristal, sacarose de cana -de - açúcar, cor branca. embalagem em polietileno, embalagem de 5 kg cada, tipo peneirado de 1.ª qualidade. validade mínima: 12 meses no ato da entrega.	250	Pacote		
3.1	Recarga Gás GLP 13 Kg	45	Botijão		
Valor Total da Empresa					

- Valor Global por extenso: _____
- Validade da Proposta: ____ (____), observado o prazo mínimo de sessenta (60) dias.
- Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do presente Edital.

Local e Data

(Razão Social)
(Nome do Representante Legal ou Procurador Credenciado)
(nº. do RG do signatário)

(OBS.: DEVERÁ SER EM PAPEL TIMBRADO E/O COM CARIMBO DO CNPJ E ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU PROCURADOR CREDENCIADO, DESDE QUE TENHA PODERES PARA TANTO OUTORGADOS NA PROCURAÇÃO E APRESENTADA NO CREDENCIAMENTO E/OU DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO. PODERÃO SER JUNTADOS À PROPOSTA, FOLHETOS, FOLDERS E PROPAGANDAS REFERENTES AO FABRICANTE E MARCAS OFERTADOS, CONSTANDO AS ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS NA CLAÚSULA 9.ª DESTE EDITAL)

ANEXO V

MODELO

**PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017
PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS - RP**

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF/88.

(Nome da Empresa), CNPJ nº,
estabelecida à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei que não
possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14
(quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº
9.854/99).

_____, ____ de _____ de 2017.

26

Nome e n. da identidade do representante legal

PAPEL TIMBRADO DA
EMPRESA

ANEXO VI

PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017
PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS - RP

MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA
HABILITAÇÃO

A _____(razão social), inscrita no CNPJ/MF nº. _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação no **Pregão Presencial para Registro de Preços em epígrafe** que:

- os documentos que compõem o edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações;
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e
- inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

27

_____, ____ de _____ de 2017.

Representante Legal
(nome/cargo/assinatura/ RG)

(OBS.: DEVERÁ SER EM PAPEL TIMBRADO E ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU PROCURADOR CREDENCIADO, DESDE QUE TENHA PODERES PARA TANTO OUTORGADOS NA PROCURAÇÃO E APRESENTADA DENTRO DO ENVELOPE HABILITAÇÃO)

ANEXO VII

**PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017
PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS - RP**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º, inciso XI deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 43 a 49 da Lei supracitada.

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93. (_____)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar com um “X” a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2017.
(cidade)

Assinatura: _____

Nome legível: _____

Qualificação: _____

Deverá ser emitido em papel timbrado ou carimbo CNPJ, de forma que identifique a proponente.

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017

PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - RP

Aos ____ dias do mês de _____ de 2017, de um lado o **DEPARTAMENTO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DAMAE**, de São João del-Rei/MG, doravante denominado **Gerenciador do Registro de Preços**, neste ato representado pelo Diretor Geral Interino, Sr. Cledmar Claret de Almeida, CPF nº _____, e de outro lado à Empresa: _____, CNPJ _____, com sede na Rua (AV.) _____, N° _____, Bairro: _____, na Cidade de _____, CEP: _____, representada neste ato pelo Sr. (a). _____ Cargo _____, CPF _____, identidade nº _____, doravante denominada **Fornecedor**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos do **art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993**, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 09/06/1994 e das demais normas legais aplicáveis, e ainda regido o presente certame pela **Lei Federal nº. 10.520, de 17, de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar 147/2014**, Decretos Municipais 3.515/07; 3516/07 e 3517/07, Lei Complementar 123/2006, **Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (L8078 - CDC)**, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão do certame acima especificado, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo de Compromisso o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e utensílios de limpeza/higienização, gás GLP de 13 Kg e gêneros alimentícios.

1.2 - Os materiais deverão ser fornecidos de acordo com as necessidades do Damae, nas quantidades solicitadas nas ordens de compras.

1.2 - Integram a presente Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Edital, seus Anexos e a proposta comercial da empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Esta aquisição se faz necessária devido à necessidade do Damae servir matinalmente o café da manhã aos servidores, de forma a garantir o alimento no início de sua jornada de trabalho, bem como atender as necessidades em coffee break, caso haja reuniões, cursos, workshops ou palestras a fim de qualificar, atualizar ou reciclar os servidores. Os itens também serão utilizados em pequenas recepções da Administração como visitas de autoridades no Damae onde muitas vezes são preparados cafés e afins. Os materiais e utensílios de limpeza/higienização, gás GLP e gêneros alimentícios são para uso no dia a dia em atividades correlacionadas às atividades laborais exercida pelos Servidores Auxiliares de Serviços Gerais, entre outros, em prol das instalações públicas do Damae, servidores e contribuintes, conforme Memorando Solicitante do Setor de Almojarifado, anexo aos autos do processo.

2.2. A Adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços – justifica-se pela conveniência da aquisição parcelada dos bens necessários ao DAMAE, uma vez que neste momento o orçamentário não será liberado em sua totalidade, de acordo com a previsão contida no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e que outros Órgãos poderão participar ou aderir a Ata de Registro de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - O preço e marca registrada pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços, de acordo com a respectiva classificação no Pregão em epígrafe, são os constantes do relatório do sistema da Sh3, parte integrante desta Ata, perfazendo um total de **R\$_____ (_____)**, conforme tabela abaixo discriminada.

3.2 - Os quantitativos registrados são referenciais, podendo ser adquirido durante a vigência da Ata de Registro de Preços menor quantidade dos produtos.

3.3 - Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observados os preços unitários dos produtos, a marca, a qualidade e a validade propostas pela detentora no Pregão Presencial em epígrafe, que a

ITEM	QUT.	UNID.	DESCRICAÇÃO	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
Xx	xx	xxxx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxx,xx	XXXXXXXX,xx
VALOR TOTAL DA ARP						

precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.4. Os preços registrados manter-se-ão fixos e irrevogáveis durante a validade desta Ata - período de 12

(doze) meses.

3.5. Nos termos do art. 15, § 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o DAMAE não será obrigado a adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os produtos licitados podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas fornecedoras, sendo assegurado, no entanto, às detentoras do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E VIGÊNCIA DA ATA

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

4.2. O instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. Art.62, parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93, em conformidade com os preceitos de direito público, deverá ser pactuado durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo sua vigência de 12 (doze) meses.

4.3. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura da Ata ou Contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrá-los.

4.4. O representante legal da proposta vencedora deverá assinar a Ata, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da comunicação formal para tal, através da ECT, por AR, fac-símile ou correio eletrônico.

4.5. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura da Ata ou Contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

5.1. Integra o presente Registro de Preços o DAMAE, como órgão gerenciador. Respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outros órgãos públicos municipais, conforme Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES E SUPORTE DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em moeda nacional, após processamento interno, em 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento c/c o aceite definitivo.

6.2. O DAMAE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a licitante não tiver fornecido o objeto por ela contratado na sua totalidade, ou o fornecimento não estiver de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

6.3. O pagamento somente poderá ser efetuado se as licitantes estiverem em situação fiscal regular, isto é, desde que apresente as certidões elencadas no item 8.9.2, alíneas “c”, “d” e “e”, deste Edital.

6.3.1. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

6.4. Da nota fiscal deverá constar o nº da conta corrente do licitante, banco, e nº da agência para fins de pagamento, que será realizado através de transferência bancária.

6.5. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelas contratadas.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente da liquidação de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLAUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES

❖ COMPETE A DETENTORA DA ATA

7.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica, constando detalhadamente as indicações do fabricante, marca, procedência e garantia da qualidade;

7.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do material, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.3. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de

Referência, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com as especificações e/ou da requisição, ou que apresente vício de qualidade;

7.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

7.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecedem a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Edital, conforme dispõe a Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014;

7.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contratado.

7.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993.

7.11. Responder pelas perdas e danos que vierem a ser causados ao DAMAE ou a terceiros, em razão de ação dolosa ou culposa, bem como omissão, de seus propositos e representantes, independentes de outras do Edital e seus anexos ou legais a que estiver sujeita;

7.12. Acondicionar os produtos de forma adequada e resistente;

7.13. Solicitar a Administração autorização de alteração da marca dos produtos, desde que devidamente justificado, devendo os produtos substituídos serem de qualidade igual ou superior.

❖ **COMPETE AO GERENCIADOR DA ATA**, além de outras decorrentes da legislação aplicável:

7.14. Coordenar a distribuição atestando o Recebimento na Nota Fiscal/Fatura;

7.15. Verificar a qualidade dos produtos em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Edital;

7.16. Verificar as condições de acondicionamento;

7.17. Contatar ao fornecedor quando houver verificação de irregularidades posteriores à entrega, para promover a regularização;

7.18. Suspender a tramitação da liquidação da Nota Fiscal/Fatura quando não houver atendimento às solicitações de correções de irregularidades.

7.19. Efetuar à Detentora, no valor contratado, o pagamento no prazo estipulado referente à aquisição;

7.20. Fiscalizar o fiel cumprimento da Ata de Registro de Preços através de Servidor devidamente designado em conjunto com servidores do Setor de Almoxarifado para este fim.

7.21. Fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento da Ata de Registro de Preços.

7.22. Verificar os prazos de validade dos produtos.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL DA ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. O (s) material(s) deverá (ão) ser entregue(s) no Almoxarifado do Damae, no horário das 07:00 às 17:00 h, em dias de funcionamento desta Autarquia Municipal, na Praça Duque de Caxias, 63, Centro, São João del-Rei/Minas Gerais, para fins de recebimento provisório.

8.2. A CONTRATADA deverá entregar o(s) produto(s) solicitado(s) – Objeto da Licitação - dentro do prazo máximo, após solicitação emanada pelo setor competente, através de Ordem de Compra, podendo ser solicitadas pequenas quantidades, as quais deverão ser entregues no local descrito no item 8.1., de até:

8.1.1. 01 (um) dia aos gêneros alimentícios;

8.1.2. 01 (um) dia útil ao Gás GLP, 13 kg;

8.1.3. 05 (cinco) dias úteis para os materiais e utensílios de limpeza/higienização.

8.3. Havendo rejeição, o fornecedor será informado expressamente para proceder à imediata substituição no prazo de até 05 (cinco) dias para os materiais e utensílios de limpeza/higienização e de 01 (um) dia aos

gêneros alimentícios e ao Gás GLP, 13 kg, arcando a CONTRATADA com o ônus decorrente do fato.

8.3.1. Após este prazo o Damae reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à adjudicatária, com frete a pagar, procedendo-se o cancelamento da Ordem de Compra e cancelamento unilateral da presente Ata, sem prejuízo das sanções legais cabíveis e demais legislações correlatas.

8.4. Não serão aceitos, determinadamente, produto que não seja da marca ofertada na proposta comercial concomitante com a amostra apresentada e não atenda as especificações e as necessidades do DAMAE.

8.5. O prazo de validade dos produtos fornecidos deverá ser conforme especificado no modelo de proposta e amostra.

8.6. Os produtos serão conferidos no ato da entrega, e qualquer irregularidade constatada implicará em:

8.6.1. Se disser respeito à qualidade, a Contratante poderá rejeitá-lo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

8.6.2. Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único - Em ambos os casos citados acima, a substituição será imediata.

8.7. Eventuais atrasos na entrega do produto deverão ser justificados pela empresa adjudicatária, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na Ata.

8.8. O quantitativo a ser fornecido será previamente comunicado à CONTRATADA pelo responsável pela fiscalização do contrato;

8.9. O DAMAE expedirá, por meio dos Setores de Compras e de Contabilidade, a Ordem de Compra / Nota de Empenho, e será transmitida à contratada por fac-símile ou e-mail.

8.10. Na Ordem de Compra constará o nome e quantidade do material, sua marca e fabricante conforme necessidade do DAMAE;

8.11. O frete **CIF** bem como a descarga dos materiais será de responsabilidade da Contratada;

8.12. A empresa vencedora deverá comunicar ao setor responsável pelo recebimento, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas, de 07 às 17 horas, dias úteis, para que o responsável técnico c/c designado esteja (m) à disposição no dia da entrega, quando os materiais serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e seus anexos.

8.13. Os funcionários da contratada deverão se apresentar devidamente uniformizados e credenciados;

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

9.1. A execução da Ata de Registro de Preços ficará sob fiscalização do **Setor de Almoxarifado c/c servidor devidamente capacitado e designado para este fim** que verificará as suas conformidades quanto à qualidade e correta especificação, para o consequente aceite definitivo em até 03 (três) dias úteis – Emissão de Termo por servidor (es) designado (s) da Comissão de Recebimento de Materiais.

9.1.1. O Damae reserva-se no direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações constantes deste instrumento convocatório. Caberá à empresa adjudicatária, no caso de defeitos ou imperfeições, substituir de imediato os produtos, no prazo a ser determinado por esta Autarquia da Prefeitura Municipal, sob pena de rescisão do Contrato, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório, inclusive do disposto no §2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

9.2. Aos responsáveis pela fiscalização incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação pertinente, em especial na especificação do material inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação em vigor.

9.3. O fornecedor declara antecipadamente aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

9.4. Compete ao fornecedor fazer um minucioso exame da especificação do material, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato.

9.5. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

9.6. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da fornecedora no que concerne aos materiais adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações,

próximas ou remotas, perante o, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na entrega dos mesmos não implicará em corresponsabilidade do ou de seus prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU RECURSOS FINANCEIROS

10.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS consignadas no Exercício de 2017, as quais serão apontadas para a formalização do instrumento hábil à aquisição, mediante assinatura desta e instrumento contratual, por parte desta **AUTARQUIA-CONTRATANTE e CONTRATADA**, conforme dispõe o artigo 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892 de 23.01.2013, em consonância com o art. 14, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e com a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 (LRF):

03.001.000.17.122.0402.2.860.3.3.90.30.00 - Material de Consumo (Ficha 21)

03.001.000.17.122.0402.2.860.3.3.90.32.00 - Material Bem ou Serv. P/ Distrib. Gratuita (Ficha 22)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA

11.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1 - Pela Administração, quando:

11.1.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes deste Termo de Referência;

11.1.1.2 - a detentora não retirar qualquer Ordem de Serviço, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

11.1.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

11.1.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

11.1.1.7 - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração do presente Registro de Preços;

11.1.1.8 - no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município e deste Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

11.1.2 - Pelas detentoras, quando:

11.1.2.1- mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências deste Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

11.1.2.2 - a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deveser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula XII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ASSINATURA DO CONTRATO (Art. 62, § 4º, LEI Nº 8.666/93)

12.1. O instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. Art.62, parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93, em conformidade com os preceitos de direito público, deverá ser pactuado durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo sua vigência de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-se às seguintes sanções:

a) advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da quantidade estimada da prestação de serviço, pela recusa de execução ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal, devidamente atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM/FGV;

c) Multa de 1% (um por cento) do valor do estimado para tal recusa injustificada para assinatura da ata ou contrato, quando regularmente convocado;

d) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Damae, pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme disposto no inciso III, artigo 87 da Lei n.º 8.666/93;

e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Municipal, na forma prevista no Inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que

aplicou a sanção e encaminhamento ao **Ministério Público, TCEMG e incluída no Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Damae.

§ 1.º A sanção estabelecida na alínea “e” é de competência exclusiva do Diretor Geral Interino do DAMAE, facultada a defesa da Prestadora de Serviço no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

§ 2.º As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”, facultada a defesa prévia da Detentora da Ata, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.2. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Diretor Geral Interino do DAMAE, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

13.3. Quando o recurso a que se refere o *Caput* do item 13.2 acima não ocorrer através de preposto da Contratada na Sede Administrativa do Damae sendo, por sua vez, enviado por correio, telex, fac-símile, correio eletrônico (email) ou qualquer outro meio de comunicação formal, a petição de interposição original deverá ser encaminhada e protocolizada via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), preferencialmente com Aviso de Recebimento – AR e informado o código de rastreamento da ECT, para fins de, posterior, análise e autenticação do documento.

13.4. Pelo descumprimento da execução das obrigações assumidas, sobretudo no tocante ao prazo de execução e respectivas especificações, a Empresa será notificada administrativamente pela Direção do Damae via Empresa Brasileira de Correios (ECT), através de Aviso de Recebimento - AR (que, por meio do preenchimento de formulário próprio, físico ou digital, permite comprovar, junto ao remetente, a entrega da Notificação) ou por servidor devidamente designado em seu endereço físico descrito no processo licitatório.

13.4.1. Após 03 (três) notificações de uma mesma infração contratual, conforme *caput* supracitado seja por recusa por parte da Prestadora de Serviço em assiná-la e/ou retorno do referido documento pela ECT; serão canceladas todas as obrigações assumidas na ata ou instrumento contratual (Art.62, § 4º, da Lei nº 8.666/93), em consonância com os artigos 78 e 79, da Lei Federal nº 8.666/93, posteriormente a publicação prévia no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG) e Diário Oficial do Município (DOM), que ocorrerão até 20 (vinte) dias contados da comprovação do retorno supracitado formal da 3.ª (terceira) notificação, a fim de ocorrer até o 5.º (quinto) dia útil do mês seguinte, para sua eficácia, ciência dos interessados e todos efeitos legais.

13.5. Se a contratada ficar temporariamente impossibilitada, por motivo de força maior, de cumprir com suas obrigações e responsabilidades, poderá comunicar, por escrito, e no prazo de 02 (dois) dias, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração dos prazos pretendidos.

13.6. O comunicado de força maior será julgado à época do seu recebimento com relação a aceitação ou não dos motivos, podendo ou não a contratante averiguar em fase superior a veracidade do fato.

13.7. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Damae, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

13.7.1. A critério do DAMAE e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber em razão do fornecimento, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

13.7.2. Não havendo pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

13.8. Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento, a Detentora da Ata/Contratante, poderá, sem prejuízo do cancelamento e das responsabilidades penal e civil aplicar o disposto no art. 7º da Lei 10.520/02, além das demais cominações legais cabíveis nesta Ata, sem exclusão das possibilidades da aplicação de outras, previstas na Lei Federal 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

13.9. Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

14.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula III, da presente Ata em atendimento ao § 1º do art. 28 ,da Lei Federal 9.069, de 29/06/1995, ao art. 3º, § 1º, da Medida Provisória 1.488-16, de 02/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, a não ser que seja comprovado a quebra do equilíbrio econômico financeiro entre as partes como trata o art. 65, inciso

II, alínea “d” da Lei 8.666/93, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços.

14.1.1. Do equilíbrio econômico: Será assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial dos preços, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova material da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.

14.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ACRESCIMOS DE QUANTITATIVOS

15.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, em consonância com o Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

16.1. Cada instrumento contratual (conforme o disposto no art. Art.62, parágrafo 4º da Lei nº 8.666/93) firmado com a (s) fornecedora (s) terá (ão) vigência de acordo com as disposições definidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993 e em consonância com o Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

16.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1. O DAMAE, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura das partes deste Termo de Contrato, dará publicidade no Diário Oficial do Estado; no Diário Oficial Municipal, conforme art. 96, da Lei Orgânica Municipal; por meios eletrônicos, a saber, homepages da rede mundial de computadores (internet), da mesma forma que se deu a publicidade convocatória para efeito de compromisso nas condições estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências suscitadas com fundamento neste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

18.2. E, por estarem assim, CONTRATANTE e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento particular de Contrato, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

São João del-Rei, _____ de _____ de 2017.

Departamento Autônomo Municipal de Água e Esgoto – DAMAE CNPJ: 18.196.469/0001-03 <i>CONTRATANTE</i>	Nome da Empresa CNPJ <i>CONTRATADA</i>
--	--

TESTEMUNHAS:

- 1 - _____
Nome _____ Assinatura _____
CPF nº _____
- 2 - _____
Nome _____ Assinatura _____
CPF nº _____

ANEXO IX

**PROCESSO DE LICITAÇÃO 033/2017
PREGÃO PRESENCIAL – PP – 021/2017
REGISTRO DE PREÇOS - RP**

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL PELA INTERNET

Declaro para os devidos fins que retirei integralmente junto ao endereço eletrônico <http://www.damaesjdr.mg.gov.br/pagina/6764/Preg%C3%A3o%20Presencial> ou pelo email compras.damae@mgconecta.com.br o EDITAL de Licitação referente ao **Pregão Presencial para Registro de Preços em epígrafe.**

Nome da Empresa: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefone () _____ FAX: () _____

E-mail: _____

Contato: _____

36

_____ / UF, _____ de _____ de 2017.

Assinatura da Pessoa Responsável pelo Contato

Senhor(a) licitante,

Objetivando comunicação futura entre o DAMAE e essa empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra, ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, por meio do **endereço eletrônico: compras.damae@mgconecta.com.br**

O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas neste instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.